



Pauta da Alepe em 2015 prioriza interesse social

Assembleia Legislativa aprovou 324 leis, muitas delas sob intenso debate e participação da sociedade civil

RINALDO MARQUES

Págs. 4 e 5



Surto de microcefalia em Pernambuco deixa Estado em alerta Pernambuco ocupa o primeiro lugar no ranking de microcefalia relacionada ao vírus da zika, com 1.185 casos suspeitos em investigação. Pág. 3	Alimentos orgânicos têm espaço garantido por lei em supermercados Lei aprovada pela Alepe determina que estabelecimentos com mais de três caixas registradoras deverão destinar espaço para produtos orgânicos, identificados por placas de fácil visibilidade. Pág. 6	Falta de políticas públicas fragiliza Estatuto da Criança Apesar de considerado um avanço, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é pouco discutido pela sociedade. Falta estruturação de Conselhos Tutelares. Pág. 8
--	---	--

ACONTECEU NA ALEPE

Diálogo com a sociedade

Por meio de suas Comissões Permanentes e Especiais, Frentes Parlamentares, além dos debates em Plenário, o Legislativo pernambucano segue como uma caixa de ressonância da sociedade. Entre as atividades realizadas ao longo dos últimos dois meses de 2015, destaque para as audiências da Comissão de Saúde, abertas ao público, que trataram do modelo de saúde pública do Estado e da vinda do Hospital Sarah Kubitschek para Pernambuco. A Comissão de Educação, por sua vez, convocou os pernambucanos para discutir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes. Já a Comissão de Cidadania promoveu ato para defender a revisão das exonerações de policiais militares afastados durante os anos finais da ditadura militar e uma audiência sobre a suposta atuação de milícias no entorno do Complexo de Suape. A situação dos imigrantes estrangeiros em Pernambuco foi tratada pela Comissão de Assuntos Internacionais, e a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra se reuniu com representantes de movimentos sociais na Câmara de Olinda. A Comissão de Meio Ambiente, por sua vez, debateu a situação dos animais do Parque Dois Irmãos e os projetos para recuperação da Lagoa da Boa Ideia, ambos no Recife.

Desenvolvimento regional

Estratégias para o desenvolvimento regional vêm sendo articuladas na Alepe. Em novembro, a Casa sediou ato público da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e uma reunião do movimento União pelo Nordeste. Em dezembro, a Comissão de Desenvolvimento Econômico realizou audiência pública para exposição das ações da Hemobrás, em Goiana, Mata Norte, cujas obras devem ser concluídas em 2018. Outro destaque foi um Grande Expediente Especial dedicado ao Movimento Compre do Pequeno Negócio, criado pelo Sebrae para estimular o consumo economicamente responsável, ambientalmente sustentável e socialmente justo.

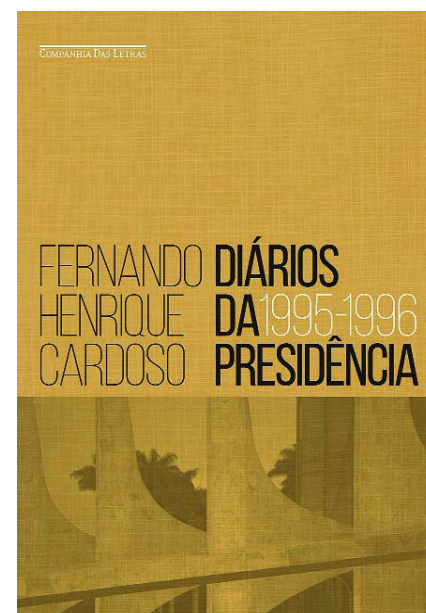
Iluminação de Natal

Dezembro começou com uma grande festa para inaugurar a tradicional iluminação de Natal do Museu Palácio Joaquim Nabuco. No evento, também foi lançada a Campanha Natal do Bem, para arrecadação de alimentos. O ato foi seguido de queima de fogos e da interpretação das músicas *Aleluia*, de Haendel, e *Ave Maria*, de Schubert, pelo Coral Vozes de Pernambuco – formado por servidores da Casa – e pelo Coro de Câmara do Conservatório Pernambucano de Música. Desde 2002, o prédio histórico é iluminado para as festividades de fim de ano, tornando-se um dos pontos mais apreciados por moradores e visitantes do Recife. Durante a Campanha Natal do Bem, foram arrecadadas quatro toneladas de alimentos não perecíveis, entregues para a Ação da Cidadania.

LEGISLATIVO EM FOCO

Livro - Diários da Presidência 1995-1996

Eleito no primeiro turno, em 1994, com ampla votação, Fernando Henrique Cardoso tornou-se presidente da República para dar sequência ao Plano Real e à estabilização da economia brasileira. O apoio massivo entre os eleitores, no entanto, não garantiria ao tucano vida fácil com o Congresso Nacional. Principais bandeiras do programa liberal do PSDB, as reformas estruturais para limitar os custos do Estado dependiam fortemente do aval de deputados e senadores para se concretizar. Essa relação tensa e custosa está compilada em *Diários da Presidência 1995-1996* (Cia. das Letras, 928 páginas), registro das impressões de FHC durante seus dois primeiros anos de mandato, gravadas em fita cassete e agora publicadas em livro. A edição também aborda a articulação política para a formação do governo, o convívio com o fisiologismo, as intrigas palacianas, a reforma do Estado, a solidão, entre outros assuntos.



VOCÊ NA ALEPE



José Roberto da Silva
Agricultor do Engenho Ilha, em Suape, durante audiência pública da Comissão de Cidadania para discutir a atuação de milícias em assentamentos próximos ao Complexo de Suape, em 01/12/15.

“Vim lutar por uma causa justa para centenas de famílias do município do Cabo de Santo Agostinho. A terra em que vivemos não é nossa no papel, mas somos nós que cuidamos dela, há anos. Queremos ter o direito de plantar e viver em paz, sem o medo de ter nossos bens destruídos pelas milícias.”



Douglas Lemos
Secretário-geral do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol), durante reunião da Comissão de Justiça, em 01/12/15.

“O projeto da proposta de alteração do Estatuto dos Servidores interessa aos mais de 200 mil funcionários públicos do Estado. Deve-se ouvir a voz da sociedade, pois ela é a primeira interessada nos encaminhamentos dos acontecimentos na Alepe.”



Ludmila Outtes
Coordenadora do Movimento de Classes - Frente Recifense contra a Privatização da Saúde, em audiência pública que discutiu a microcefalia e o aplicativo “Doe +”, em 15/12/15.

“É preciso que a população tenha contato com seus representantes, e a Assembleia é a Casa do Povo. A saúde vive um momento de precariedade, com falta de políticas públicas efetivas. Por isso, é necessário que os deputados estejam abertos para debater temas como esse.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



SAÚDE EM ALERTA

Surto de microcefalia amedronta população e desafia o Poder Público

Ivanna de Castro

Luiza Beatriz ainda não sabe, mas faz parte de uma geração vítima de um vírus – ignorado até pouco tempo pela literatura médica mais moderna – que tem despertado todo um País para a urgência de políticas públicas de tratamento e prevenção. Primeira filha da pernambucana Angélica Pereira, 20 anos, Luiza nasceu no dia 6 de outubro de 2015, com o crânio medindo 29 centímetros. O esperado para recém-nascidos é de, no mínimo, 32. Aquela foi a primeira vez que Angélica ouviu os termos microcefalia e vírus da zika, palavras que mudaram sua vida e hoje preocupam milhões de brasileiros.

“Minha gravidez foi tranquila e fiz todo o pré-natal. Por volta do quarto mês, tive coceiras, febre e manchas no corpo. Não procurei um médico, pois achava que era apenas uma crise alérgica”, contou Angélica. Segundo ela, o especialista que a atendeu afirmou que, provavelmente, seus sintomas fo-

ram provenientes de uma infecção pelo vírus da zika. Quanto a Luiza, os médicos ainda não conseguem determinar quais dificuldades ela terá por causa da infecção, mas admitiram a possibilidade de a bebê não conseguir falar nem andar. “Vamos precisar de neurologista, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, mas onde vivo, em Santa Cruz do Capibaribe (Região Agreste), não é fácil encontrar esses especialistas na rede pública”, relatou.

Essas são dificuldades já vivenciadas pelo casal Dayanne e Israel Moura. Pais de Gabrielle Marie, 2 anos, também diagnosticada com microcefalia, eles têm atendido muitas novas mães ansiosas para saber como é cuidar de uma criança com dificuldades físicas tão sensíveis. “Nós sabemos quais preconceitos elas enfrentarão e que portas, infelizmente, vão se fechar para essas famílias”, disse Israel. Diante de tanta procura, Dayanne decidiu criar um blog (www.odiariodeplick.blogspot.com.br), onde compartilha suas experiências e dá dicas a mães e gestantes. “Antes de tudo, esses pais precisam de apoio psicológico, que



Israel (em pé), pai de uma criança com o problema, relatou na Alepe dificuldades enfrentadas pela família

fortaleça neles o sentimento de amor incondicional. Infelizmente, já vemos notícias de rejeição e abandono de crianças com microcefalia”, comentou o pai de Gabrielle.

Recentemente, ele afirmou ter desembolsado R\$ 5 mil para fazer um exame que especificará melhor o diagnóstico de sua filha. “Se tivéssemos um sistema de saúde eficaz, não precisaríamos brigar com o plano de saúde para que Gabrielle tenha atendimento. Como o Poder Público vai lidar com todas essas crianças que precisarão de um tratamento multidisciplinar permanente?”, indagou. Israel se refere aos 3.174 casos suspeitos de micro-

cefalia registrados, até o dia 5 de janeiro de 2016, pelo Ministério da Saúde no País. Número que conta, infelizmente, com a maior participação de Pernambuco. Em primeiro lugar nesse triste ranking, o Estado tem 1.185 casos em investigação até a referida data (ver arte).

Atuando no Imip, um dos centros de referência em Pernambuco no atendimento de microcefalia, o neurologista Geraldo Furtado relatou o quadro vivenciado pelos profissionais da unidade. “Em uma única semana do mês de outubro, atendi mais crianças com microcefalia no Imip do que em todo o ano de 2014, fato que nos levou a

notificar o Estado sobre a gravidade da situação.” O neuropediatra Lucas Ramos explicou que esses pacientes serão dependentes, por toda a vida, de cuidados médicos. “As sequelas da microcefalia vão desde atrasos no desenvolvimento a retardo mental, dificuldades motoras e convulsões constantes”, informou.

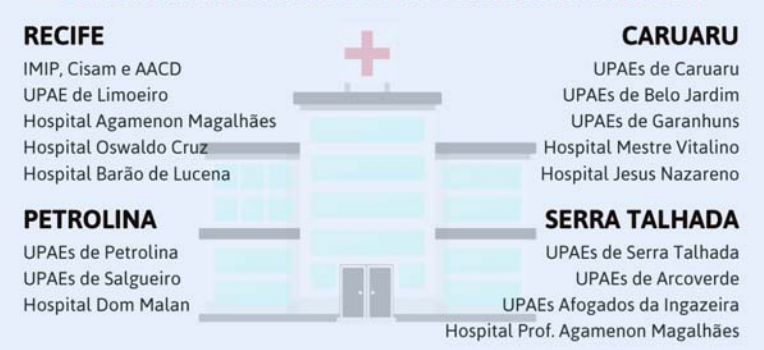
Segundo o diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis da Secretaria Estadual de Saúde (SES), George Santiago, o Comitê de Operações Emergenciais em Saúde (Coes), criado para discutir os casos e planejar as ações de atenção a mães e bebês, “analisa se o surto de microcefalia vem sendo causado apenas pelo vírus da zika, ou se há associação com alguma variável ainda desconhecida”.

Em nota, a SES informou que “estão sendo investidos R\$ 15 milhões para estruturação de centros regionais de atendimento, contratação de pessoal e compra de equipamentos”. Hoje, gestantes e mães de bebês com microcefalia devem procurar uma das 19 unidades de saúde destacadas para o atendimento (ver arte).

Ranking da microcefalia relacionada ao vírus Zika



Centros de Atendimento de Microcefalia em PE



Saneamento precário e lixo, condições ideais para mosquito *Aedes*

O Ministério da Saúde confirmou que o surto de microcefalia no País tem relação com o contágio das gestantes com o zika, vírus que, assim como o da dengue e o da chikungunya, tem como vetor um velho conhecido dos brasileiros: o mosquito *Aedes aegypti*. “A maior parte das doenças infectoparasitárias endêmicas são relacionadas à pobreza e ao subdesenvolvimento”, explica a epidemiologista e professora da UFPE, Vera Magalhães. Segundo

ela, “o vetor encontrou condições favoráveis para se desenvolver no Brasil, não apenas devido ao clima tropical, mas, também, por causa do processo desordenado de urbanização”.

De acordo com a especialista, por crescerem sem planejamento, as cidades brasileiras oferecem condições precárias de saneamento, o que inclui falhas na coleta do lixo e fornecimento irregular de água. “Para suportar o racionamento, as pessoas, em especial as carentes,

acumulam água em recipientes inadequados, contribuindo para a proliferação do mosquito”, ressalta. Dessa forma, Vera avalia que, além de fiscalização dos espaços públicos e de campanhas de conscientização da população, o Poder Público precisa promover uma transformação estrutural em seu planejamento urbano. “Sem ações para melhorar as condições de vida da população, o Brasil terá que conviver, por muitos anos, com essas e outras doenças infecciosas.”

Atenta ao problema, a Assembleia aprovou, em dezembro, o Projeto de Lei nº 243/2015, do deputado Ricardo Costa (PMDB), que proíbe a restrição de acesso de agentes de saúde a propriedades públicas ou privadas, quando decretada situação de epidemia no Estado. O objetivo é facilitar o trabalho de controle da proliferação do mosquito. O proprietário do imóvel que descumprir a lei ficará sujeito a multa. Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento

aos Casos de Microcefalia em Pernambuco, a deputada Socorro Pimentel (PSL) informa que o grupo está atento às medidas de combate ao vetor e a ações relacionadas ao atendimento de mães e bebês com o diagnóstico. Já o presidente da Comissão de Saúde, Odacy Amorim (PT), defende a participação efetiva dos parlamentares na fiscalização das ações de enfrentamento a esse que ele considera “o maior problema de saúde pública da atual geração”.

● BALANÇO

Economia, educação e meio ambiente

A participação popular nos debates de temas importantes, como o Plano Estadual

ROBERTO SOARES



Ao longo de todo o ano de 2015, parlamentares do Governo e da Oposição discutiram assuntos de interesse da população no Plenário da Casa Joaquim Nabuco

Luciano Galvão Filho

“Responsabilidade, vigor e eficiência” foram as palavras escolhidas pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), para classificar os trabalhos da Casa em 2015. Durante a última Reunião Plenária do ano, em dezembro, o chefe do Legislativo Estadual fez pronunciamento em que enalteceu a agenda “propositiva e fiscalizadora” do Parlamento, que priorizou a defesa dos direitos dos grupos sociais vulneráveis e o intenso debate em torno de soluções para os problemas que afetam a vida dos pernambucanos.

Assunto enfrentado nos mais diversos espaços da sociedade, a crise econômica não podia deixar de entrar em pauta. Apesar de ser tema recorrente debatido pelos deputados, o principal momento de discussão se deu durante a apreciação do pacote de ajuste fiscal, encaminhado pelo Governo à Alepe,

em setembro. As medidas aumentam a cobrança de ICMS, IPVA e ICD, e pretendem ampliar a arrecadação em 2016, diante da desaceleração na produção no Estado.

Líder do Governo, Waldemar Borges (PSB) lamenta que equívocos da política econômica no âmbito federal tenham pressionado as contas públicas de Pernambuco em 2015. “Mesmo as previsões mais pessimistas para este ano revelaram-se generosas, e a falta de recursos foi duramente sentida nas áreas mais importantes”, analisa. “Mesmo assim, construímos o ajuste fiscal de forma democrática, agregando as contribuições oferecidas pelos deputados.”

Na opinião do líder da Oposição, Sílvio Costa Filho (PTB), o discurso do Governo “terceiriza responsabilidades”. Segundo o petebista, as gestões do PSB beneficiaram-se da conjuntura nacional positiva, mas agora não reconhecem sua parcela de culpa pelos problemas vivenciados pelos cidadãos. “A maioria dos programas não tem apresen-

tado resultados”, afirma. “Ainda assim, a Alepe pôde fazer um bom debate em 2015, com importantes audiências públicas e pedidos de informação ao Executivo.”

O crescimento da economia, de forma responsável, também teve espaço em meio às discussões a respeito da flexibilização da legislação ambiental do Estado, em outubro. O debate em torno do desenvolvimento sustentável esteve pautado na tramitação de alterações na política florestal de Pernambuco, sobretudo na aprovação das Leis nº 15.652 – que simplificou o licenciamento de obras em áreas de preservação permanente – e nº 15.621 – que revogou a proteção para vegetações de altitude para viabilizar a instalação de parques eólicos no Araripe.

PARTICIPAÇÃO

A tramitação de matérias decisivas foi acompanhada de perto pela população, como o Plano Estadual de Educação, de autoria do Poder Executivo. A cargo de 34 entidades da sociedade civil, o texto original chegou à Alepe em junho e recebeu polêmicas emendas para

suprimir metas relacionadas ao combate à discriminação de gênero.

De iniciativa de parlamentares evangélicos, as alterações terminaram incorporadas ao documento, não sem mobilizar diferentes setores da sociedade em torno da questão.

O diálogo com os cidadãos também deu origem a outra mudança na legislação relacionada à educação, a Lei nº 15.610, proposta pela deputada Priscila Krause (DEM), em outubro. A nova regulamentação da data-corte para o ingresso no Ensino Fundamental permite que crianças iniciem os estudos mais cedo – a partir dos 6 anos completos até 30 de junho do ano letivo – e foi amplamente discutida com pais e educadores.

A mobilização social ainda se fez sentir na Casa para a elaboração da Lei nº 15.578, de setembro, originada de proposição do deputado Ricardo Costa (PMDB). A matéria eliminou exigências para apresentações artísticas em espaços públicos urbanos. A norma atendeu às reclamações dos ar-

tistas de rua, que reagiram à imposição de restringir as manifestações populares, após a entrada em vigor de lei aprovada na Alepe, semanas antes.

Pressões dos trabalhadores também ecoaram no Parlamento Estadual, durante a apreciação do novo piso salarial dos professores do Estado, em abril, e na aprovação de melhorias nas carreiras da Polícia Militar, em fevereiro. Os educadores defendiam ampliação de benefícios, mas não tiveram o pleito atendido pelo Governo. Já os profissionais da segurança pública conseguiram o incremento nos bônus pagos pelo Pacto pela Vida, sob a perspectiva de greve da categoria às vésperas do Carnaval.

NÚMEROS

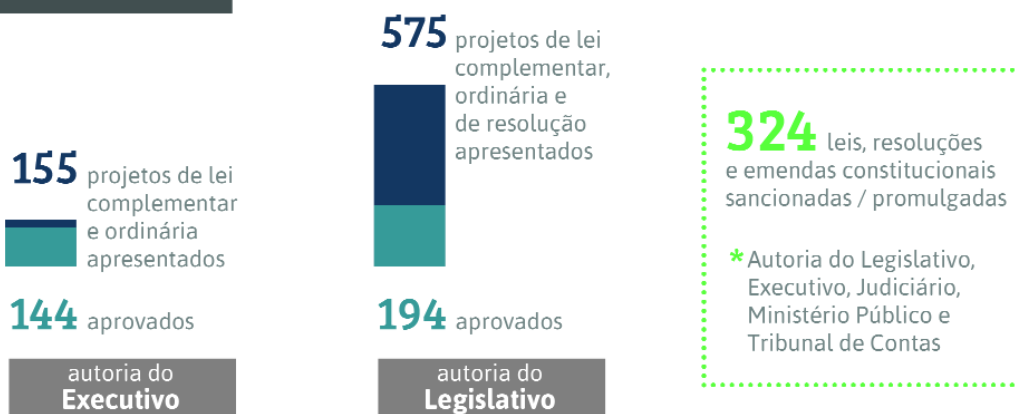
Durante o ano de 2015, a Assembleia Legislativa instalou dez Frentes Parlamentares, quatro Comissões Especiais e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O Plenário da Casa reuniu-se 217 vezes, ao longo do período. A retomada dos trabalhos legislativos ocorrerá em 1º de fevereiro de 2016.

ganham espaço no Legislativo em 2015

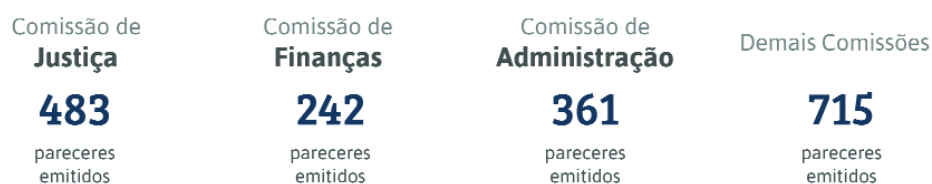
al de Educação e a aprovação do novo piso salarial dos professores, foi destaque

Fique Sabendo

Balanço 2015



Trabalho das Comissões



Entraram em vigor

- Leis nº 15.598 a 15.603**
Aumento no ICMS, IPVA e ICD. Deve incrementar a receita do Estado em R\$ 478 milhões.
Tema: **impostos e finanças públicas**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionadas em outubro
- Lei nº 15.487**
Marco legal em **defesa das pessoas com autismo**. Prevê o acesso à **educação e ao trabalho**.
Tema: **pessoas com deficiência**
Autoria: **Mesa Diretora**
Sancionada em abril
- Lei nº 15.465**
Reajusta o **piso dos professores do Estado**.
Tema: **educação e trabalho**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionada em abril
- Lei nº 15.533**
Plano Estadual de Educação. Prevê a melhoria da qualidade da educação, entre outras diretrizes.
Tema: **educação**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionada em junho
- Lei nº 15.610**
Permite que **crianças iniciem mais cedo o Ensino Fundamental**.
Tema: **educação, participação popular**
Autoria: **Priscila Krause (DEM)**
Sancionada em outubro
- Lei nº 15.554**
Institui o Passe Livre para alunos da Rede Estadual e da UPE.
Tema: **mobilidade e educação**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionada em julho
- Lei nº 15.652**
Simplifica o **licenciamento ambiental** para obras em áreas de preservação.
Tema: **meio ambiente e política florestal**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionada em novembro
- Lei nº 15.621**
Revoga a proteção sobre vegetações de altitude e **permite a instalação de parques eólicos no Araripe**.
Tema: **meio ambiente, energia e política florestal**
Autoria: **Antônio Moraes (PSDB)**
Sancionada em outubro
- Lei nº 15.458 e outras**
Ampliam o bônus a policiais militares e autorizam melhorias na carreira.
Tema: **segurança e trabalho**
Autoria: **Poder Executivo**
Sancionada em fevereiro

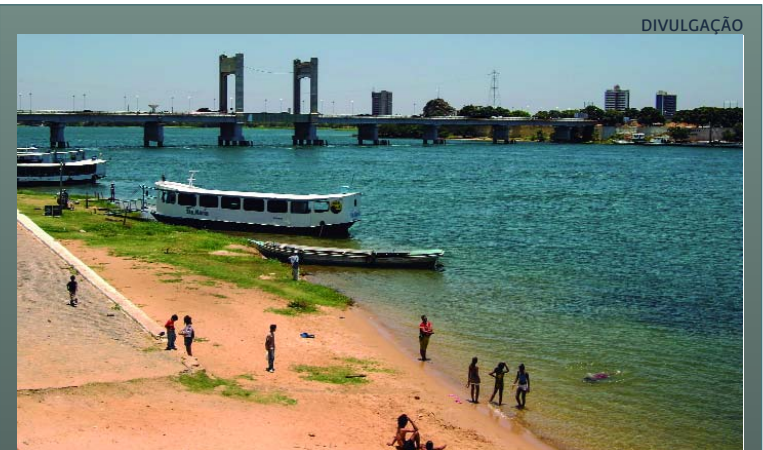
Eficiência nos gastos públicos pautou ações na Assembleia

Internamente, a Assembleia Legislativa procurou adaptar-se às exigências da sociedade pela racionalização e eficiência dos gastos públicos. Entre as medidas adotadas pelo Legislativo, o presidente Guilherme Uchoa (PDT) enumera como principais o lançamento do Portal da Transparência, em junho, e a reforma administrativa que enxugou o orçamento da Casa à nova realidade estadual, em setembro.

“Simultaneamente, aprimoramos a qualidade do trabalho do Parlamento. A Consultoria Legisla-

tiva, por exemplo, criada a partir da convocação dos servidores aprovados no concurso de 2014, presta suporte de excelência aos deputados”, aponta Uchoa.

O apoio a campanhas de conscientização, como Outubro Rosa e Novembro Azul, também mereceu destaque do presidente, assim como o Mutirão dos Superendividados – que permitiu a consumidores a renegociação de dívidas com diversas entidades. “Esse tipo de iniciativa aproxima os pernambucanos do Parlamento, sendo essencial para a construção da cidadania”, disse.



Um dia específico para celebrar a Defesa do Rio São Francisco

Calendário do Estado terá 39 novas datas comemorativas

Alterações no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco estão entre as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa. Em 2015, o anuário ganhou 39 novas datas comemorativas, como a Semana de Combate à Exploração Sexual de Crianças, em maio; o Dia de Defesa do Rio São Francisco, em 3 de junho; e a Semana do Teatro de Bonecos, em novembro.

O atentado contra conselheiros tutelares em Poção, em 6 de fevereiro deste ano, motivou a criação do Dia pelo Fortaleci-

mento dos Conselhos Tutelares, lembrado na mesma data do crime. Em agosto, o dia 20 passa a homenagear a Luta pelo Semi-árido, e, em dezembro, o dia 15 celebra a Economia Popular Solidária.

O mês de maio inteiro passa a ser o Maio Amarelo, iniciativa de combate à violência no trânsito e nas estradas. O centenário de nascimento do governador Miguel Arraes de Alencar será lembrado em 2016, assim como 2017 marcará os 200 anos da Revolução Pernambucana.

DIVULGAÇÃO



Norma aprovada pela Assembleia Legislativa determina identificação de áreas destinadas a produtos orgânicos

Supermercados deverão dispor de setor reservado para alimentos orgânicos

Helena Alencar

Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar mundial no consumo de agrotóxicos, detendo 19% desse mercado, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Entidades socioambientais que integram a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos calculam, para cada brasileiro, uma ingestão média de 5,2 litros de veneno agrícola por ano.

A constatação dos malefícios dessas substâncias leva muitos consumidores, como a fisioterapeuta Liliane Lopes, a optar pelo consumo preferencial de alimentos orgânicos. “Contraímos muitas doenças ligadas ao consumo excessivo de agrotóxicos e não sabemos”, observa. Há alguns meses, ela utiliza um serviço de entrega em domicílio e já comprou em feirinhas, mas sente falta de outras opções. “Se os supermercados oferecessem orgânicos, o consumo seria propagado”, acredita.

Para facilitar o acesso da população a alimentos livres de agrotóxicos e de organismos genética-

mente modificados, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou uma nova determinação voltada para supermercados e outros estabelecimentos do tipo. Com a Lei nº 15.614/2015, as lojas que possuírem mais de três caixas registradoras deverão destinar um espaço para os produtos orgânicos, identificados por placas de fácil visibilidade.

Quando sugeriu a medida, o deputado Júlio Cavalcanti (PTB) se baseou nos artigos 4º e 6º do Código de Defesa do Consumidor. Segundo o texto, as relações de consumo devem ser transparentes, respeitando a dignidade, saúde e segurança, garantindo como direitos básicos a proteção contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos. “A nossa preocupação é com a saúde das pessoas, que muitas vezes ingerem veneno sem nem saber. Com a área exclusiva, ficará mais fácil para o consumidor o acesso no momento da compra, e ele poderá escolher se vai levar um orgânico ou outro produto”, argumenta o parlamentar.

Alguns supermercados já adotam a prática. É o caso do Pão de Açúcar, que há quatro anos vem

implantando gôndolas próprias para orgânicos nas suas lojas, tanto para frutas, verduras e legumes, quanto para itens de açougue e mercearia. “A rede foi pioneira no grande varejo brasileiro em trabalhar com esses produtos, há mais de 20 anos. Como o tema da saudabilidade está no DNA da marca, foi natural que apostássemos na alimentação orgânica como uma opção aos nossos clientes”, explica a gerente comercial do Pão de Açúcar, Daniela Pasquali.

Para a superintendente da Associação Pernambucana de Supermercados (Apes), Silvana Buarque, a lei reforça a prestação de serviços ao consumidor. Ela, no entanto, questiona o que considera “interferência”. “A nossa única preocupação é com a obrigatoriedade. Quando o supermercado diferencia gôndolas, ele está prestando um serviço para mostrar que tem um mix de produtos diferenciados com relação ao concorrente, buscando atender a um nicho. Foi o que aconteceu com o setor de alimentos dietéticos, por exemplo”, observa.

Silvana também informa que a instituição divulgará a norma entre os associados, assim que for regulamentada pelo Poder Executivo.

Documento Histórico

Pedra fundamental do Museu Palácio Joaquim Nabuco

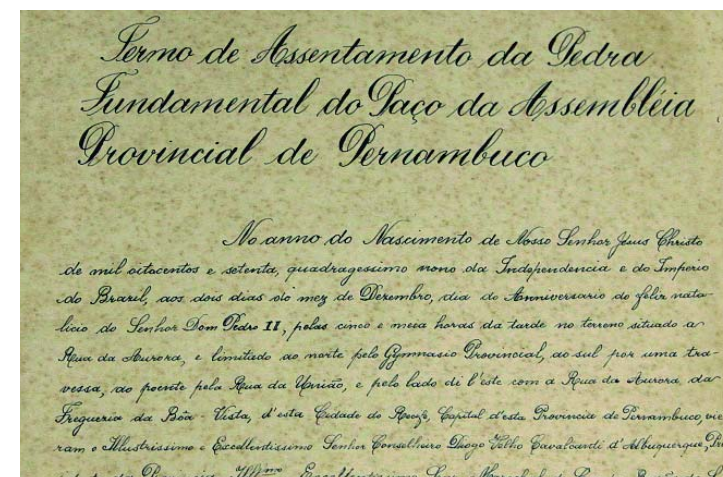
No histórico bairro da Boa Vista, às margens do Rio Capibaribe, na Rua da Aurora, foi erguido, imponente e majestoso, o Paço da Assembleia Legislativa, nova sede do Parlamento Provincial, que funcionava, até então, no Forte do Matos. O assentamento da pedra fundamental ocorreu no dia 2 de dezembro de 1870, há 145 anos.

Transformada no Palácio Joaquim Nabuco em 1948, e posteriormente em instituição museológica, a edificação centenária representa a materialização do Poder Legislativo Estadual e figura entre os mais importantes prédios históricos do Estado de Pernambuco. A construção foi autorizada pela Lei Provincial nº 963, de 25 de julho de 1870, e o assentamento da pedra de fundação foi realizado em ato solene, celebrado na data em que se comemorava o nascimento do Imperador Dom Pedro II (02/12).

No Termo de Assentamento está registrado todo o ritual que deu início às obras do Paço. Por volta das 5h30 da tarde, autoridades reuniram-se para a solenidade. Estavam presentes o então governador da Província, Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque; o marechal de Campo e comandante das Armas, Barão de São Borja; o governador do Bispado, vigário capitular, cônego João Chrysostemo de Paiva; o senador Visconde de Camaragibe; o bacharel José Tibúrcio Pereira de Magalhães, diretor da Repartição de Obras Públicas, responsável pelo projeto da edificação; além de vereadores, deputados gerais e provinciais, chefe de Polícia, comandante da Guarda Nacional, inspetor da Marinha, reverendos, religiosos, chefes de repartições, população em geral.

Todos os participantes e espectadores assistiram ao benzimento da pedra, realizado pelo vigário João Chrysostemo e, posteriormente, ao seu assentamento, feito pelo presidente da Província. A pedra fundamental foi colocada no centro e base do alicerce, por baixo da porta central do pórtico e carregava uma inscrição, em grossos caracteres gravados sobre a face polida, formada de lâmina de mármore fino.

Abaixo da pedra, foi colocada uma caixa de metal contendo um pergaminho e uma medalha de prata, com alto relevo do edifício em perspectiva. As insígnias utilizadas na solenidade foram levadas pelas autoridades presentes, que assinaram o referido termo, lavrado em livro especial. Esse termo registra o início da construção do atual Museu Palácio Joaquim Nabuco e marca, neste momento em que o Parlamento celebra mais de 180 anos de fundação, os 145 anos da edificação da sede da Assembleia Legislativa de Pernambuco.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Termo de Assentamento da Pedra Fundamental do Paço da Assembleia Legislativa Provincial, de 2 de dezembro de 1870. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

● ECONOMIA

Orçamento em tempos de crise

Alepe aprova Lei Orçamentária de 2016 debatendo estratégias para Estado enfrentar dificuldades econômicas

Edson Alves Jr.

A Assembleia Legislativa aprovou, no último dia 9 de dezembro, a Lei Orçamentária Anual 2016, com uma receita de R\$ 32,5 bilhões, 3,1% menor em relação a 2015. Esse valor é relativo aos orçamentos fiscal – que abrange todos os tributos recolhidos pelo Estado, repasses do Governo Federal e operações de crédito, no valor de R\$ 31 bilhões – e de investimento, de R\$ 1,5 bilhão, das estatais pernambucanas (entre elas, os Portos do Recife e de Suape, a Compesa e o Lafepe).

A diminuição do valor disponível para fazer funcionar a máquina do Estado é reflexo da crise econômica do País. Com a correção da receita orçamentária pela inflação, a queda é detectada desde 2014, como mostra estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Alepe. O recuo na previsão orçamentária foi de 10,1% em 2014; 0,9% em 2015; e será de 9,5% em 2016.

Esses números são, antes de tudo, uma previsão do que poderá ser arrecadado e gasto, e dependem do comportamento real das receitas do Estado. Entre 2010 e 2014, o valor das receitas correntes foi, em média, de 95% do previsto no orçamento. No entanto, os dados do Governo em 2015 apontaram para uma retração maior nesse ano. Até agosto, haviam sido executadas 59% das receitas correntes orçadas, contra uma média de 65% nos quatro anos anteriores. Essa diferença significou R\$ 1,2 bilhão a

menos nos cofres do Estado, somente nesse período.

“Essa crise tem provocado expressivas frustrações de receita e cada nova notícia vinda de Brasília é pior que a anterior”, aponta o Líder do Governo, Waldemar Borges (PSB). “O receio é que, sem recursos de convênios e operações de crédito, venham menos receitas do que o esperado, mesmo dentro de uma previsão realista como foi a nossa”, avalia.

Já a Oposição cobra mais cortes em áreas-meio por parte do Governo. “É na dificuldade que os ajustes têm que ser feitos com criatividade. O Governo prometeu fazer mais com menos, porém, na hora de pôr isso em prática, coloca toda a culpa no Governo Federal”, critica Sílvio Costa Filho (PTB), líder da Oposição.

Na opinião do petebista, “é desnecessário o Estado ter 27 secretarias”. “Poderíamos muito bem gerir com 16 ou 18 pastas. Assim, haveria a redução do número de comissionados e de outros gastos operacionais. Também há espaço para diminuir gastos com consultorias”, observa Costa Filho.

O líder da Oposição acrescenta que o Estado teve várias obras estruturadoras nos últimos anos, 70% delas oriundas do Governo Federal. “A gestão estadual aproveitou a oportunidade para fazer investimentos, mas não guardou dinheiro para momentos de dificuldade como agora”, avalia. “O resultado vemos no exemplo de hospitais e UPAs: foi criada uma estrutura de Primeiro Mundo, mas os serviços prestados têm péssima



ROBERTO SOARES

Em dezembro, parlamentares discutiram e aprovaram a LOA com receita 3,1% menor que a do ano de 2015

qualidade por falta de recursos”, considera o deputado.

Um dos fatores que poderiam ajudar na recuperação econômica é a retomada da capacidade de investimento do Estado. A previsão para 2016 é que sejam feitos R\$ 2,5 bilhões em investimento, o que inclui R\$ 513 milhões para habitação e mobilidade; R\$ 465 milhões para fornecimento de água e saneamento; R\$ 409 milhões para infraestrutura e desenvolvimento; e R\$ 304 milhões para segurança e reestruturação.

Entretanto, a análise dos anos anteriores mostra a dificuldade em efetuar esses investimentos. Em média, o Governo conseguiu exe-

cutar 49% dos recursos previstos no orçamento fiscal e 54% no orçamento das estatais, entre 2010 e 2014. Em 2015, com a crise econômica, o Estado aplicou, até agosto, apenas 15% do valor que havia orçado – R\$ 500 milhões de R\$ 3,81 bilhões previstos. “Esperamos que chegue a pouco mais de R\$ 1 bilhão de investimentos, até o fim de 2015”, declarou o secretário de Planejamento, Danilo Cabral, quando o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016 foi apresentado à Alepe.

“Essa é uma realidade comum a todos os Estados, que conseguiram executar, em média, 47% de seus investimentos entre 2010 e 2014. Pernambuco está ligeiramente acima

da média, à frente de 16 Estados”, aponta Waldemar Borges.

Para executar o máximo possível dos investimentos previstos, o Governo aposta em conseguir novas fontes de recursos. “O governador Paulo Câmara tem foco na obtenção de novas operações de crédito e convênios, além de monitorar as pendências e entraves de cada obra e projeto para a execução ser feita no tempo previsto”, ressalta Borges.

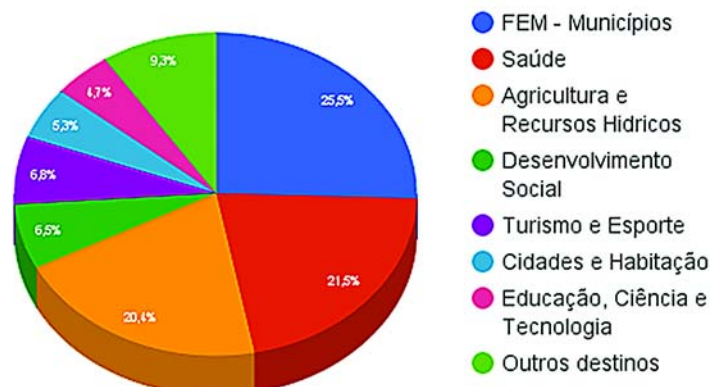
EMENDAS PARLAMENTARES

Em razão da crise, os deputados relocaram, por meio de emendas parlamentares, mais R\$ 30 milhões em recursos para o Fundo Estadual de Saúde; R\$ 1,68 milhão para a Secretaria da Mulher; e R\$ 1,75 milhão para a melhoria das escolas estaduais.

“A bancada de Oposição apresentou emendas que destinavam R\$ 120 milhões para a Saúde, mas esse total infelizmente não foi acatado pelo Governo”, lamentou Sílvio Costa Filho.

Com relação aos R\$ 70 milhões reservados para emendas parlamentares, 25,5% desse valor (R\$ 17,5 milhões) foi destinado ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM – Municípios), que apoia planos de trabalho das cidades. Outros 21,5% (15 milhões) foram direcionados para a saúde e 20,4% (R\$ 14,3 milhões) para agricultura e recursos hídricos.

Destino das emendas parlamentares



* Fonte: Consultoria Legislativa da Alepe

Avanços e dificuldades do Estatuto

Legislação é considerada completa, mas falta a implementação de políticas de proteção a crianças e adolescentes

Gabriela Bezerra

Uma Itália inteira ou aproximadamente 59,7 milhões de pessoas. Esse é o número de jovens entre zero e 18 anos que vive hoje no Brasil. Se antes eram chamados de “menores”, há 25 anos são tratados como crianças e adolescentes. Todos com direitos assegurados pela Lei Federal nº 8.069/1990, popularizada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou bodas de prata em 2015.

Antes do ECA, crianças e adolescentes estavam sob a tutela do Código de Menores (Lei Federal nº 6.697/1979), considerado discriminatório e segregacionista. “Houve um grande avanço na nova legislação porque o ECA mudou a maneira de olhar para a criança e o adolescente”, avaliou o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, da Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco. “Antes, esses jovens eram vistos como objeto coisificado, com o qual o Estado fazia o que queria. O Estatuto inverteu essa visão para a lógica do sujeito de direito, vendo-os como pessoas em desenvolvimento”, comparou.

Na avaliação de Figueiredo, passados 25 anos, o ECA ainda é atual porque segue coadunando com as convenções internacionais sobre os direitos da criança. “Ainda existem pequenos aperfeiçoamentos a serem feitos, mas a legislação está no caminho certo. Os

problemas que continuamos enfrentando hoje não estão na alçada da lei, mas na prática da legislação. São questões culturais da sociedade.” Ele também destacou a incorporação da Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010/2009) pelo Estatuto como um avanço.

A adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, foi o pontapé para esse olhar mais atento aos jovens. Apesar de a Constituição Federal assegurar direitos à criança, ao adolescente e ao jovem, com “absoluta prioridade”, já em 1988, apenas a partir do ECA esses dispositivos foram compilados.

“O novo marco legal traduziu os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, e serviu de referência para a América Latina por sua coerência com os direitos humanos, com o respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e pelo compromisso em tratar a infância com prioridade absoluta”, avaliou Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, em texto publicado no relatório *ECA 25 anos - Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil*, divulgado em julho.

“Apesar da importância, a legislação ainda é pouco conhecida.” É o que defende o presidente da Associação Metropolitana dos Conselhos Tutelares de Pernambuco, Geraílson Ribeiro. “O tema ainda é pouco debatido e nenhum dos entes federativos



Educação de boa qualidade é fundamental para melhorar a vida de meninos e meninas



Lei prevê que crianças e jovens devem ser tratados como prioridade absoluta pelos poderes públicos

(Estados, Municípios e União) cumpre a obrigação de dar prioridade absoluta para crianças e adolescentes. Temos uma lei completa

e reconhecida até pela ONU, mas vivemos num País onde as políticas que não dão votos não são implementadas”, opinou.

Assassinatos de jovens têm números alarmantes

Um dos temas que, infelizmente, está bastante ligado aos jovens brasileiros é a violência. Desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o número de homicídios de crianças e adolescentes dobrou, de acordo com o relatório *ECA 25 anos - Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil*, produzido pelo Unicef. Se, por um lado, o Brasil foi exitoso na redução da mortalidade infantil (com queda de 68,4% no número de mortes, entre 1990 e 2012), sendo avaliado como referência mundial, hoje os adolescentes correm perigo. O Brasil está em segundo lugar no ranking dos países com maior número de assassinatos de jovens.

De 1990 a 2013, o número de homicídios entre pessoas de até 19 anos passou de cinco mil para 10,5 mil casos ao ano (Datassus, 2013) no Brasil. Isso representa o alarmante índice de 28 assassinatos de crianças e adolescentes por dia. O País só fica atrás da Nigéria, que tem convivido com um contexto de sequestros e extermínio, agravado pela ascensão do grupo Boko Haram, em 2002. Em seguida no ranking estão Índia, República Democrática do Congo, México e Etiópia.

Na avaliação do promotor Luiz Guilherme Lapenda, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de

Justiça da Infância e da Juventude, esse quadro se deve à não implementação do ECA em sua plenitude. “A situação existente poderia ser mudada com a implantação efetiva das diretrizes trazidas pelo Estatuto, atreladas aos direitos já garantidos pela Constituição Cidadã, e a imediata estruturação de todos os segmentos da rede, notadamente dos Conselhos Tutelares”, observou. O acesso à educação de qualidade também foi apontado como importante para reverter esse cenário. “Não há que se confundir educação com o mero espaço físico da escola ou o fornecimento de merenda”, frisou.

AGORA É LEI

Ainda sobre o combate à violência contra jovens, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou duas novas matérias este ano. De iniciativa do deputado Lucas Ramos (PSB), a Lei Estadual nº 15.653/15 impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Já a Lei Estadual nº 15.638/15, do deputado Beto Accioly (SD), institui a Semana Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.